



**Concurso Público para provimento de cargos de
Analista Judiciário - Área Apoio Especializado
Especialidade Psicologia**

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'R18', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

MODELO1

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

00001-0001-0001

P R O V A

**Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos
Discursiva - Redação**

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
 - contém a proposta e o espaço para o rascunho da redação.
 Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
 Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- Ler o que se pede na Prova Discursiva - Redação e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você deverá transcrever a redação, a tinta, na folha apropriada. Os rascunhos não serão considerados em nenhuma hipótese.
- Você terá 4 horas e 30 minutos para responder a todas as questões, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Discursiva - Redação (rascunho e transcrição).
- Ao término da prova devolva este caderno ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas e a folha de transcrição da Prova Discursiva - Redação.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Língua Portuguesa**

Atenção: As questões de números 1 a 10 referem-se ao texto seguinte.

Economia religiosa

Concordo plenamente com Dom Tarcísio Scaramussa, da CNBB, quando ele afirma que não faz sentido nem obrigar uma pessoa a rezar nem proibi-la de fazê-lo. A declaração do prelado vem como crítica à professora de uma escola pública de Minas Gerais que hostilizou um aluno ateu que se recusara a rezar o pai-nosso em sua aula.

É uma boa ocasião para discutir o ensino religioso na rede pública, do qual a CNBB é entusiasta. Como ateu, não abraço nenhuma religião, mas, como liberal, não pretendo que todos pensem do mesmo modo. Admitamos, para efeitos de argumentação, que seja do interesse do Estado que os jovens sejam desde cedo expostos ao ensino religioso. Deve-se então perguntar se essa é uma tarefa que cabe à escola pública ou se as próprias organizações são capazes de supri-la, com seus programas de catequese, escolas dominicais etc.

A minha impressão é a de que não faltam oportunidades para conhecer as mais diversas mensagens religiosas, onipresentes em rádios, TVs e também nas ruas. Na cidade de São Paulo, por exemplo, existem mais templos (algo em torno de 4.000) do que escolas públicas (cerca de 1.700). Creio que aqui vale a regra econômica, segundo a qual o Estado deve ficar fora das atividades de que o setor privado já dá conta.

Outro ponto importante é o dos custos. Não me parece que faça muito sentido gastar recursos com professores de religião, quando faltam os de matemática, português etc. Ao contrário do que se dá com a religião, é difícil aprender física na esquina.

Até 1997, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação acertadamente estabelecia que o ensino religioso nas escolas oficiais não poderia representar ônus para os cofres públicos. A bancada religiosa emendou a lei para empurrar essa conta para o Estado. Não deixa de ser um caso de esmola com o chapéu alheio.

(Hélio Schwartzman. **Folha de S. Paulo**, 06/04/2012)

1. No que diz respeito ao ensino religioso na escola pública, o autor mantém-se
- (A) esquivo, pois arrola tanto argumentos que defendem a obrigatoriedade como o caráter facultativo da implementação desse ensino.
 - (B) intransigente, uma vez que enumera uma série de razões morais para que se proíba o Estado de legislar sobre quaisquer matérias religiosas.
 - (C) pragmático, já que na base de sua argumentação contra o ensino religioso na escola pública estão razões de ordem jurídica e econômica.
 - (D) intolerante, dado que deixa de reconhecer, como ateu declarado, o direito que têm as pessoas de decidir sobre essa matéria.
 - (E) prudente, pois evita pronunciar-se a favor da obrigatoriedade desse ensino, lembrando que ele já vem sendo ministrado por muitas entidades.

2. Atente para estas afirmações:

- I. Ao se declarar um cidadão ao mesmo tempo ateu e liberal, o autor enaltece essa sua dupla condição pessoal valendo-se do exemplo da própria CNBB.
- II. A falta de oportunidade para se acessarem mensagens religiosas poderia ser suprida, segundo o autor, pela criação de redes de comunicação voltadas para esse fim.
- III. Nos dois últimos parágrafos, o autor mostra não reconhecer nem legitimidade nem prioridade para a implementação do ensino religioso na escola pública.

Em relação ao texto, está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) I e II, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) III, apenas.

3. Pode-se inferir, com base numa afirmação do texto, que

- (A) o ensino religioso demanda profissionais altamente qualificados, que o Estado não teria como contratar.
- (B) a bancada religiosa, tal como qualificada no último parágrafo, partilha do mesmo radicalismo de Dom Tarcísio Scaramussa.
- (C) as instituições públicas de ensino devem complementar o que já fazem os templos, a exemplo do que ocorre na cidade de São Paulo.
- (D) o aprendizado de uma religião não requer instrução tão especializada como a que exigem as ciências exatas.
- (E) os membros da bancada religiosa, sobretudo os liberais, buscam favorecer o setor privado na implementação do ensino religioso.

4. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente um segmento em:

- (A) *A declaração do prelado vem como crítica* (1º parágrafo) = o pronunciamento do dignitário eclesiástico surge como censura
- (B) *Admitamos, para efeitos de argumentação* (2º parágrafo) = Consignemos, a fim de especulação
- (C) *sejam desde cedo expostos ao ensino religioso* (2º parágrafo) = venham prematuramente a expor-se no ensino clerical
- (D) *onipresentes em rádios* (3º parágrafo) = discriminadas por emissoras de rádio
- (E) *não poderia representar ônus* (5º parágrafo) = implicaria que se acarretasse prejuízo



5. Está clara e correta a redação deste livre comentário sobre o texto: O articulista da **Folha de S. Paulo**
- (A) propugna de que tanto o liberalismo quanto o ateísmo podem convergir, para propiciar a questão do ensino público da religião.
- (B) defende a tese de que não cabe ao Estado, inclusive por razões econômicas, promover o ensino religioso nas escolas públicas.
- (C) propõe que se estenda à bancada religiosa a decisão de aceitar ou rejeitar, segundo seus interesses, o ensino privado da religião.
- (D) argumenta que no caso do ensino religioso, acatado pelos liberais, não se trata de ser a favor ou contra, mas arguir a real competência.
- (E) insinua que o ensino público da religião já se faz a contento, por que as emissoras de comunicação intentam-no em grande escala.
-
6. A concordância verbal está plenamente observada na frase:
- (A) Provocam muitas polêmicas, entre crentes e materialistas, o posicionamento de alguns religiosos e parlamentares acerca da educação religiosa nas escolas públicas.
- (B) Sempre deverão haver bons motivos, junto àqueles que são contra a obrigatoriedade do ensino religioso, para se reservar essa prática a setores da iniciativa privada.
- (C) Um dos argumentos trazidos pelo autor do texto, contra os que votam a favor do ensino religioso na escola pública, consistem nos altos custos econômicos que acarretarão tal medida.
- (D) O número de templos em atividade na cidade de São Paulo vêm gradativamente aumentando, em proporção maior do que ocorrem com o número de escolas públicas.
- (E) Tanto a Lei de Diretrizes e Bases da Educação como a regulação natural do mercado sinalizam para as inconveniências que adviriam da adoção do ensino religioso nas escolas públicas.
-
7. *O Estado deve ficar fora das atividades de que o setor privado já dá conta.*
- A nova redação da frase acima estará correta caso se substitua o elemento sublinhado por
- (A) a que o setor privado já vem colaborando.
- (B) com as quais o setor privado já vem cuidando.
- (C) nas quais o setor privado já vem interferindo.
- (D) em cujas o setor privado já vem demonstrando interesse.
- (E) pelas quais o setor privado já vem administrando.
-
8. (...) *ele afirma que não faz sentido nem obrigar uma pessoa a rezar nem proibi-la de fazê-lo.*
- Mantém-se, corretamente, o sentido da frase acima substituindo-se o segmento sublinhado por:
- (A) nem impor a alguém que reze, nem impedi-la de fazer o mesmo.
- (B) deixar de obrigar uma pessoa a rezar, ou lhe proibir de o fazer.
- (C) seja obrigar que uma pessoa reze, ou mesmo que o deixe de o praticar.
- (D) coagir alguém a que reze, ou impedi-lo de o fazer.
- (E) forçar uma pessoa para que reze, ou não fazê-la de modo algum.
-
9. A pontuação está plenamente adequada no período:
- (A) Muito se debate, nos dias de hoje, acerca do espaço que o ensino religioso deve ou não ocupar dentro ou fora das escolas públicas; há quem não admita interferência do Estado nas questões de fé, como há quem lembre a obrigação que ele tem de orientar as crianças em idade escolar.
- (B) Muito se debate nos dias de hoje, acerca do espaço, que o ensino religioso deve ou não ocupar dentro ou fora das escolas públicas: há quem não admita interferência do Estado, nas questões de fé, como há quem lembre, a obrigação que ele tem de orientar as crianças em idade escolar.
- (C) Muito se debate nos dias de hoje, acerca do espaço que o ensino religioso, deve ou não ocupar dentro ou fora das escolas públicas, há quem não admita interferência do Estado nas questões de fé, como há quem lembre a obrigação: que ele tem de orientar as crianças em idade escolar.
- (D) Muito se debate, nos dias de hoje, acerca do espaço que o ensino religioso deve, ou não, ocupar dentro, ou fora, das escolas públicas; há quem não admita interferência, do Estado, nas questões de fé; como há quem lembre a obrigação, que ele tem de orientar as crianças em idade escolar.
- (E) Muito se debate, nos dias de hoje acerca do espaço que o ensino religioso deve, ou não, ocupar dentro ou fora das escolas públicas: há quem não admita interferência do Estado, nas questões de fé, como há quem lembre, a obrigação, que ele tem de orientar as crianças, em idade escolar.
-
10. Transpondo-se para a voz passiva a frase **Sempre haverá quem rejeite a interferência do Estado nas questões religiosas**, mantendo-se a correta correlação entre tempos e modos verbais, ela ficará:
- (A) Terá havido sempre quem tem rejeitado que o Estado interferisse nas questões religiosas.
- (B) A interferência do Estado nas questões religiosas sempre haverá de ser rejeitada por alguém.
- (C) Sempre haverá de ter quem rejeite que o Estado interferisse nas questões religiosas.
- (D) A interferência do Estado nas questões religiosas sempre tem encontrado quem a rejeita.
- (E) As questões religiosas sempre haverão de rejeitar que o Estado venha a interferir nelas.

**Matemática e Raciocínio Lógico-Matemático**

11. Para fazer um trabalho, um professor vai dividir os seus 86 alunos em 15 grupos, alguns formados por cinco, outros formados por seis alunos. Dessa forma, sendo C o número de grupos formados por cinco e S o número de grupos formados por seis alunos, o produto C·S será igual a
- (A) 56.
 - (B) 54.
 - (C) 50.
 - (D) 44.
 - (E) 36.

12. Uma faculdade possui cinco salas equipadas para a projeção de filmes (I, II, III, IV e V). As salas I e II têm capacidade para 200 pessoas e as salas III, IV e V, para 100 pessoas. Durante um festival de cinema, as cinco salas serão usadas para a projeção do mesmo filme. Os alunos serão distribuídos entre elas conforme a ordem de chegada, seguindo o padrão descrito abaixo:

1ª pessoa: sala I

2ª pessoa: sala III

3ª pessoa: sala II

4ª pessoa: sala IV

5ª pessoa: sala I

6ª pessoa: sala V

7ª pessoa: sala II

A partir da 8ª pessoa, o padrão se repete (I, III, II, IV, I, V, II...). Nessas condições, a 496ª pessoa a chegar assistirá ao filme na sala

- (A) V.
 - (B) IV.
 - (C) III.
 - (D) II.
 - (E) I.
13. Em um determinado ano, o mês de abril, que possui um total de 30 dias, teve mais domingos do que sábados. Nesse ano, o feriado de 1º de maio ocorreu numa
- (A) segunda-feira.
 - (B) terça-feira.
 - (C) quarta-feira.
 - (D) quinta-feira.
 - (E) sexta-feira.



14. Em um torneio de futebol, as equipes ganham 3 pontos por vitória, 1 ponto por empate e nenhum ponto em caso de derrota. Na 1ª fase desse torneio, as equipes são divididas em grupos de quatro, realizando um total de seis jogos (dois contra cada um dos outros três times do grupo). Classificam-se para a 2ª fase as duas equipes com o maior número de pontos. Em caso de empate no número de pontos entre duas equipes, prevalece aquela com o maior número de vitórias.

A tabela resume o desempenho dos times de um dos grupos do torneio, após cada um ter disputado cinco jogos.

Equipe	Jogos realizados	Vitórias	Empates	Derrotas
Arranca Toco	5	3	1	1
Bola Murcha	5	2	0	3
Canela Fina	5	1	3	1
Espanta Sapo	5	1	2	2

Sabendo que, na última rodada desse grupo, serão realizados os jogos Arranca Toco X Espanta Sapo e Bola Murcha X Canela Fina, avalie as afirmações a seguir.

- I. A equipe Arranca Toco já está classificada para a 2ª fase, independentemente dos resultados da última rodada.
- II. Para que a equipe Canela Fina se classifique para a 2ª fase, é necessário que ela vença sua partida, mas pode não ser suficiente.
- III. Para que a equipe Espanta Sapo se classifique para a 2ª fase, é necessário que ela vença sua partida, mas pode não ser suficiente.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
 - (B) I, apenas.
 - (C) I e II, apenas.
 - (D) II e III, apenas.
 - (E) I e III, apenas.
-
15. Em um edifício, 40% dos condôminos são homens e 60% são mulheres. Dentre os homens, 80% são favoráveis à construção de uma quadra de futebol. Para que a construção seja aprovada, pelo menos a metade dos condôminos deve ser a favor. Supondo que nenhum homem mude de opinião, para que a construção seja aprovada, o percentual de mulheres favoráveis deve ser, no mínimo,
- (A) 20%.
 - (B) 25%.
 - (C) 30%.
 - (D) 35%.
 - (E) 50%.

**Noções de Gestão Pública**

16. O processo de monitoramento de programas de governo pressupõe
- (A) o acompanhamento contábil da implantação do programa, com relatórios semanais.
 - (B) uma checagem diária das condições formais da organização, em termos de qualificação dos recursos humanos.
 - (C) o acompanhamento contínuo, cotidiano, por parte de gestores e gerentes, do desenvolvimento dos programas e políticas em relação a seus objetivos e metas.
 - (D) avaliações executadas por instituições externas, com pesquisas que procurem responder a perguntas específicas.
 - (E) a construção de indicadores, produzidos regularmente com base em diferentes fontes de dados, que dão aos gestores informações sobre o desempenho de programas.
-
17. Como uma das dimensões do Estado contemporâneo empreendedor, o princípio da desconcentração se efetiva por meio
- (A) da racionalização de custos de empresas públicas.
 - (B) da delegação de competências.
 - (C) da coordenação intersetorial de programas.
 - (D) do planejamento estratégico situacional.
 - (E) da reengenharia de processos na administração direta.
-
18. Com relação às características inovadoras do Plano Plurianual – PPA no ciclo orçamentário brasileiro, considere:
- I. É aprovado por lei anual, sujeita a prazos e ritos ordinários de tramitação. Tem vigência do primeiro ano de um mandato presidencial até o último ano do respectivo mandato.
 - II. O PPA é dividido em planos de ações, e cada plano deverá conter indicadores que representem a situação que o plano visa a alterar, necessidade de bens e serviços para a correta efetivação do previsto, ações não previstas no orçamento da União e regionalização do plano.
 - III. Os programas não serão executados por uma unidade responsável competente, pois durante a execução dos trabalhos várias unidades da esfera pública serão envolvidas.
 - IV. O PPA prevê que sempre se deva buscar a integração das várias esferas do poder público (federal, estadual e municipal), e também destas com o setor privado.
 - V. Prevê a atuação do governo, durante o período mencionado, em programas de duração continuada já instituídos ou a instituir no médio prazo.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I, II, III e V.
 - (B) I e III.
 - (C) II, IV e V.
 - (D) III, IV, e V.
 - (E) II e IV.
-
19. O estilo tradicional de direção (Teoria X) está apoiado numa concepção da natureza humana que enfatiza
- (A) o caráter egocêntrico dos homens e a oposição entre os objetivos pessoais e os objetivos da organização.
 - (B) o caráter naturalmente empreendedor e ativo dos homens quando motivados por objetivos organizacionais ambiciosos.
 - (C) a natureza independente, a predisposição ao autocontrole e facilidade ao comportamento disciplinado.
 - (D) a capacidade de imaginação e de criatividade na solução de problemas como atributo comum à maioria dos homens.
 - (E) a responsabilidade da administração em proporcionar condições para que as pessoas reconheçam e desenvolvam suas potencialidades.
-
20. O comportamento ético na gestão pública exige que se valorize
- (A) a presteza acima da formalidade legal.
 - (B) a eficiência mais do que a eficácia.
 - (C) o consenso acima do conflito.
 - (D) o interesse público antes dos interesses privados.
 - (E) a impessoalidade contra a afabilidade.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

21. Pela "equação etiológica" (ou "série complementar"), a abordagem freudiana postula que são três os fatores formadores da personalidade da criança: os heredoconstitucionais; as antigas experiências emocionais com os pais; e as experiências traumáticas da realidade da vida
- (A) laboral.
(B) onírica.
(C) adulta.
(D) transpessoal.
(E) sentimental.
22. A abordagem kleiniana concebe a posição esquizoparanoide como uma estrutura que organiza a vida mental nos três primeiros meses de vida e que é constituída, dentre outros elementos, por uma angústia persecutória. A angústia principal que o ego sente é a de ser
- (A) atacado.
(B) tomado por fantasias idealizadas.
(C) defendido.
(D) induzido.
(E) conduzido.
23. A abordagem junguiana descreveu quatro funções psicológicas fundamentais, além da orientação da energia psíquica, introvertida e extrovertida. São elas:
- (A) psíquica, moral, coletiva e individuada.
(B) racional, irracional, principal e auxiliar.
(C) simbólica, corporal, arquetípica e coletiva.
(D) interna, externa, amplificada e simplificada.
(E) pensamento, sentimento, sensação e intuição.
24. Para Erich Neumann qualquer discussão que se coloque na perspectiva da Psicologia Analítica a respeito do desenvolvimento da personalidade e, de modo especial, da personalidade da criança, deve começar assumindo o fato de que o que vem primeiro é
- (A) o superego, surgindo depois o ego.
(B) a consciência, surgindo depois o inconsciente.
(C) o ego, surgindo depois o superego.
(D) o inconsciente, surgindo depois a consciência.
(E) o ego, surgindo depois o *self*.
25. Transtorno caracterizado por amplo espectro de disfunções cognitivas e emocionais, incluindo delírios e alucinações, discurso e comportamento confusos e emoções inapropriadas. Trata-se de
- (A) transtorno somatoforme.
(B) esquizofrenia.
(C) transtorno de identidade dissociativa.
(D) transtorno de estresse pós-traumático.
(E) ansiedade generalizada.
26. Na demência de tipo Alzheimer, o indivíduo manifesta *déficits* cognitivos múltiplos que se desenvolvem gradual e continuamente, predominando a deficiência de memória, orientação, julgamento e
- (A) raciocínio.
(B) destreza manual.
(C) fluência verbal.
(D) recurso visual.
(E) estratégia focal.
27. Há estudos que mostram que durante episódios depressivos, uma diferença no desenvolvimento entre crianças e adolescentes, de um lado, e adultos, do outro, é que as crianças, especialmente os meninos, tendem a se tornar
- (A) menos produtivas, porém criativas.
(B) dóceis e amáveis.
(C) agressivas e até destrutivas.
(D) apáticas e até catatônicas.
(E) mórbidas e suicidas.
28. Nas fases de desenvolvimento humano propostas no modelo freudiano, há um período no qual ocorre a canalização das energias sexuais para o desenvolvimento social, por meio de sublimações. Deste modo, a energia da libido fica temporariamente deslocada dos seus objetivos sexuais. Esta descrição corresponde ao período
- (A) fálico.
(B) oral.
(C) anal.
(D) de latência.
(E) genital.
29. O modelo piagetiano de desenvolvimento cognitivo aponta que o adolescente é capaz de formar esquemas conceituais abstratos dos 12 anos em diante. Trata-se do período
- (A) pré-operacional.
(B) das operações formais.
(C) das operações concretas.
(D) sensorio-motor.
(E) epistemofílico.
30. O termo Psicologia Clínica foi utilizado, pela primeira vez, referindo-se a procedimentos diagnósticos utilizados na clínica médica, com crianças deficientes físicas e mentais. Esta área desenvolveu-se ao lado da Psicologia, como atividade voltada à prevenção e ao alívio do sofrimento
- (A) psíquico.
(B) físico.
(C) presente.
(D) integral.
(E) em geral.



31. No processo psicodiagnóstico de tipo compreensivo, o psicólogo busca
- (A) aplicar e avaliar testes psicológicos, com a finalidade de auxiliar o trabalho de outros profissionais, entrando em contato com aspectos parciais da personalidade do examinando.
 - (B) transpor para o diagnóstico psicológico, noções advindas do diagnóstico clínico em medicina.
 - (C) configurar uma espécie de antevisão dos fenômenos que a prática psicanalítica bem-sucedida encontraria no paciente, e com os quais lidaria.
 - (D) considerar prioritário os dados da observação objetiva, com exclusão de apreciações a respeito do mundo interno, respaldado na Psicologia da Aprendizagem.
 - (E) encontrar um sentido para o conjunto das informações disponíveis, tomar aquilo que é relevante e significativo na personalidade.
32. Segundo Judith Beck (1997), a terapia cognitiva
- (A) não tem um sentido didático.
 - (B) não enfatiza o presente.
 - (C) é orientada em metas e focada em problemas.
 - (D) não requer uma aliança terapêutica sólida.
 - (E) baseia-se em múltiplas e descontínuas formulações do cliente e de seus problemas.
33. É utilizado em terapia cognitiva para ajudar o cliente a reconhecer e modificar esquemas disfuncionais:
- (A) Atribuição.
 - (B) Registro de sentimentos.
 - (C) Reinvestimento cognitivo.
 - (D) Questionamento Sócrático.
 - (E) Exame de não evidências.
34. Segundo o *Manual de Controle de Doenças Sexualmente Transmissíveis* (DST) do Ministério da Saúde, as DSTs estão entre os problemas de saúde pública mais comuns em todo o mundo, encontrando-se, dentre suas consequências, a infertilidade feminina e masculina e o aumento do risco para a infecção
- (A) pelo HIV.
 - (B) pela sífilis.
 - (C) pela herpes.
 - (D) pelo *staphylococcus*.
 - (E) pelo *streptococcus*.
35. Segundo Barlow & Durand (2008), autores que se debruçaram ao estudo da Psicopatologia, de modo idêntico às anfetaminas, esta droga aumenta o estado de alerta, produz euforia, eleva a pressão sanguínea e o pulso e causa insônia e falta de apetite. O indivíduo pode referir uma sensação de ser poderoso e invencível, sentindo-se autoconfiante. Tal descrição corresponde ao efeito
- (A) do barbitúrico.
 - (B) da maconha.
 - (C) do LSD.
 - (D) do ópio.
 - (E) da cocaína.
36. A terapia sistêmica da família organizou-se em torno de alguns conceitos básicos, definidores dos sistemas. A noção de que todo e qualquer sistema comporta-se como um todo coeso, sendo que a mudança em uma parte do sistema provoca mudança em todas as outras partes e no sistema como um todo, corresponde ao conceito de
- (A) equifinalidade.
 - (B) globalidade.
 - (C) circularidade.
 - (D) retroalimentação.
 - (E) morfogênese.
37. Na atualidade, nomear uma família de monoparental significa dizer que ela é composta por
- (A) uma unidade familiar que conta com um dos avós somente.
 - (B) uma unidade familiar que tem um único parente.
 - (C) um pai ausente e uma mãe presente emocionalmente.
 - (D) uma mãe presente e um pai ausente emocionalmente.
 - (E) uma figura parental única.
38. Segundo estudiosos do tema da Separação Conjugal, esta separação conjugal pode ser compreendida por um modelo de crise, ou seja, considerando que o sistema familiar atravessará um período de desorganização logo após o divórcio, seguido de uma
- (A) paralisia e da constituição de padrões permanentes de desequilíbrio.
 - (B) estabilização de nova fase de desequilíbrio e retorno ao equilíbrio anterior.
 - (C) recuperação, reorganização e eventualmente atingindo um novo padrão de equilíbrio.
 - (D) cooperação mútua e posterior competição crônica a estilo do padrão conjugal anterior.
 - (E) desestabilização continuada e posterior litígio interminável.



39. No modelo proposto por John M. Haynes e Marilene Marodin, o processo global de mediação inclui nove estágios. O estágio em que as posições são traduzidas em interesses, faz com que os participantes estejam prontos para selecionar as opções mais benéficas e menos onerosas a cada um, isto é, o mediador auxilia seus participantes a usarem o processo racional de resolução de problemas para identificar seus verdadeiros e próprios interesses, que, então, formam a base das negociações subsequentes. Trata-se do estágio
- (A) redefinindo posições.
 (B) definindo o problema.
 (C) desenvolvendo opções.
 (D) barganhando.
 (E) reunindo os dados.
-
40. Considerando as responsabilidades previstas no Código de Ética Profissional do Psicólogo, em seu artigo 11, quando requisitado a depor em juízo o psicólogo poderá
- (A) justificar sua ausência por falta de dados.
 (B) enviar apenas relatório pormenorizado.
 (C) enviar seu representante legal.
 (D) prestar informações considerando o previsto neste Código.
 (E) solicitar autorização de seu Conselho Regional.
-
41. Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente, a falta ou a carência de recursos materiais
- (A) constitui motivo suficiente para a perda ou a suspensão do poder familiar.
 (B) não constitui motivo suficiente para a perda ou a suspensão do poder familiar.
 (C) permite a destituição ou suspensão do poder familiar uma vez que as partes não tem condições de constituir advogado.
 (D) prevê que o juiz destitua o poder familiar prontamente e encaminhe a criança ou adolescente para a adoção.
 (E) não autoriza o juiz a encaminhar a família a programas oficiais de auxílio.
-
42. Sobre a adoção internacional de crianças ou adolescentes brasileiros, o Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece que
- (A) ocorrerá a adoção quando forem esgotadas todas as possibilidades de colocação em família substituta brasileira.
 (B) é desnecessário o parecer de equipe interprofissional brasileira a Serviço da Justiça da Infância e Juventude.
 (C) é vedado à Autoridade Central Federal Brasileira solicitar informações sobre a situação das crianças e adolescentes adotados.
 (D) deverão ser consultadas somente as crianças de 0 a 6 anos acerca de seu preparo para a medida.
 (E) será de no mínimo 90 dias o estágio de convivência, a ser cumprido no território nacional.
-
43. Os estudos sobre violência doméstica contra a criança apontam sinais que devem ser investigados para o auxílio do diagnóstico. Dentre eles, estão:
- (A) rapidez na busca de atendimento; criança dentro da rede escolar e desenvolvimento compatível com a idade.
 (B) criança com carteira de vacinação desatualizada; ausência de acidentes infantis no relato materno e desenvolvimento compatível com a idade.
 (C) consonância entre a história relatada e os sintomas detectados; desenvolvimento compatível com a idade e ausência de fraturas ósseas.
 (D) discrepância entre a história relatada e os sintomas observados; demora em buscar atendimento e criança fora da rede escolar.
 (E) discrepância entre a história pessoal relatada e a da família de origem; ausência de fraturas ósseas ou acidentes importantes e rapidez na busca de atendimento.
-
44. Os documentos escritos decorrentes de avaliação psicológica, bem como todo o material que os fundamentou, deverão ser guardados pelo prazo mínimo de
- (A) 6 meses.
 (B) 2 anos.
 (C) 4 meses.
 (D) 10 anos.
 (E) 5 anos.
-
45. No tocante à delinquência juvenil sabe-se que originalmente os psicólogos faziam parte do processo de reabilitação do jovem. Atualmente, existe uma grande variedade de papéis para o psicólogo forense, incluindo tratamento, avaliação da receptividade do tratamento, avaliações de capacidade, imputabilidade e situação mental. Além desses papéis, os psicólogos forenses estão sendo cada vez mais utilizados
- (A) na avaliação de risco ou ameaça de violência.
 (B) na mensuração do quociente de inteligência ou índices cognitivos.
 (C) na aferição da autoestima ou capacidade afetiva.
 (D) na avaliação para interdição ou mobilização da força física.
 (E) no escrutínio de mecanismos de defesa ou rompimento egoico.
-
46. A privação judicial do direito de um indivíduo para dispor de seus bens ou praticar qualquer ato jurídico é conhecida como
- (A) permissividade.
 (B) intolerância.
 (C) interdição.
 (D) imputabilidade.
 (E) curatela.



47. A equipe interprofissional, descrita nos moldes dos artigos 150 e 151 do Estatuto da Criança e do Adolescente, pode ser definida como uma parceria na qual uma profissão completa a outra numa ação conjunta. Na prática, as áreas preferenciais para a composição dessas equipes, definidas inclusive como serviços auxiliares, são:
- (A) Psicologia e Serviço Social.
 - (B) Serviço Social e Direito.
 - (C) Psicologia e Direito.
 - (D) Pedagogia e Psicologia.
 - (E) Psicologia e Psiquiatria.
48. Algumas perspectivas teóricas tentam demonstrar a forte possibilidade da transmissão intergeracional da violência. Uma dessas teorias é denominada *aprendizagem social* (Albert Bandura) que, dentre outras coisas, explica que
- (A) não se deve observar os modelos sociais para o gerenciamento das situações de violência.
 - (B) filhos expostos a situações parentais violentas sempre desenvolvem resiliência.
 - (C) as crianças expostas à violência desenvolvem o *stress* negativo.
 - (D) a criança segue o modelo que lhe é apresentado diariamente como sendo verdadeiro e aceitável em termos de relacionamento.
 - (E) a criança constrói sempre modelos de convivência opostos aos vivenciados com as figuras familiares.
49. Sobre as penas alternativas aplicadas aos condenados, tem-se que as atividades a eles atribuídas devem ser cumpridas na proporção de uma hora de tarefa por dia de condenação e
- (A) cumpridas na região do país escolhida por seus familiares.
 - (B) combinadas entre o condenado e seu empregador.
 - (C) realizadas no próprio ambiente de trabalho do condenado.
 - (D) impostas pelo diretor do presídio.
 - (E) adequadas às suas aptidões pessoais.
50. A ciência que estuda especificamente a personalidade da vítima, seu comportamento na gênese do crime, seu consentimento para a consumação do delito, suas relações com o delinquente e também a possível reparação de danos é a
- (A) psiquiatria forense.
 - (B) vitimologia.
 - (C) psicologia criminal.
 - (D) psicopatologia.
 - (E) medicina legal.
51. Autor que se dedicou ao estudo da instituição prisional centrando suas análises não só nos aspectos históricos relativos à sua origem, mas também à sua função social:
- (A) Edgard Morin.
 - (B) Sigmund Freud.
 - (C) Michel Foucault.
 - (D) Santo Agostinho.
 - (E) Zygmunt Bauman.
52. São medidas socioeducativas aquelas que são aplicadas
- (A) nas situações envolvendo vítimas participantes dos programas de proteção governamentais.
 - (B) quando há necessidade de organizar a autoridade parental em situações de divórcio litigioso com filhos.
 - (C) nos casos que envolvem idosos ou seus familiares em atos infracionais.
 - (D) quando há identificação de abuso sexual intrafamiliar em deficientes mentais.
 - (E) nos casos envolvendo adolescentes na prática de atos infracionais.
53. Para a solicitação de participação no Programa Federal de Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas instituído pela Lei nº 9.807 de 13 de Julho de 1999, que estabelece normas para a organização e a manutenção de programas especiais de proteção a vítimas e a testemunhas ameaçadas, o interessado deverá apresentar
- (A) resultados recentes aferidos pelo Psicodiagnóstico Miocinético (PMK).
 - (B) exames ou pareceres técnicos sobre a sua personalidade, estado físico ou psicológico.
 - (C) resultado de avaliação cognitiva por instituição reconhecida nos meios acadêmicos.
 - (D) avaliação recente pelo Método de Rorschach.
 - (E) comprovação de que não esteja respondendo ação de guarda ou de alimentos de filhos pequenos.
54. Maria Helena Diniz, na obra de sua autoria denominada Código Civil Comentado (2009), pautada no artigo 1.767 do Código Civil, define Curatela como sendo o encargo público cometido, por lei, a alguém para reger e defender uma pessoa e administrar os bens de maiores incapazes, que, por si sós, não estão em condições de fazê-lo, em razão de enfermidade ou deficiência mental. NÃO estão sujeitos à Curatela:
- (A) psicopatas.
 - (B) excepcionais sem completo desenvolvimento mental.
 - (C) pródigos.
 - (D) alcoólatras eventuais.
 - (E) ébrios habituais.



55. A expressão *assimilação da cultura carcerária* pode ser atribuída a:
- (A) indivíduo que passa por uma série de transformações induzidas pela cultura da penitenciária.
 - (B) movimentos interiores do detento que visam a retomada da privacidade.
 - (C) luta pela individualidade perdida nas instituições disciplinares.
 - (D) grupo que busca organizações criminosas para lutar pelos seus direitos dentro da penitenciária.
 - (E) força empreendida pelo detento para a manutenção dos vínculos familiares.
-
56. As instituições de sequestro tem por objetivo
- (A) a facilitação para a criação de organizações criminosas dentro dos presídios.
 - (B) a captura dos bens dos réus em crimes hediondos.
 - (C) a distribuição dos detentos levando-se em consideração suas características de personalidade.
 - (D) o controle da família do detento visando sua ressocialização.
 - (E) o controle dos indivíduos como forma de exercício do poder.
-
57. A prática transdisciplinar significa
- (A) uma forma de trabalho isolada com uma coordenação apenas administrativa.
 - (B) a apropriação de contribuições de outras disciplinas de forma subordinada.
 - (C) diversos campos do saber atuando sem cooperação ou troca de informações.
 - (D) a estabilização de um campo teórico, aplicado ou disciplinar, do tipo novo ou mais amplo.
 - (E) não ter preocupação com a criação de uma axiomática própria.
-
58. O abrigo de crianças é uma medida protetora excepcional para casos em que ainda não se encontrou uma família substituta ou que há impossibilidade de reintegração imediata da criança em sua família de origem. O abrigo é uma medida de proteção transitória para crianças *preferencialmente* em situação de
- (A) *bullying* ou assédio moral na escola.
 - (B) risco ou abandono.
 - (C) evasão escolar reiterada.
 - (D) *burnout* ou assédio sexual na escola.
 - (E) doença mental com surtos psicóticos.
-
59. A Resolução CFP 8/2010, que dispõe sobre a "Atuação do Psicólogo como Perito e Assistente Técnico no Poder Judiciário", estabelece em seu capítulo IV, artigo 10, que *ao psicólogo que atua como psicoterapeuta das partes* é
- (A) vedada a atuação nos casos envolvendo perícias somente quando houver crianças ou adolescentes envolvidos.
 - (B) recomendável atuar como perito ou assistente técnico de seus clientes visando à promoção integral de seus direitos.
 - (C) vedado atuar como perito ou assistente técnico de pessoas por ele atendidas.
 - (D) permitida a atuação como perito ou assistente técnico de pessoas por ele atendidas, desde que não haja doenças mentais diagnosticadas.
 - (E) permitido, em qualquer hipótese, atuar como perito ou assistente técnico de pessoas por ele atendidas.
-
60. A Lei nº 11.698/2008 institui e disciplina a Guarda Compartilhada. Assim, para a aplicação desta modalidade de guarda é necessário que
- (A) seja definida judicialmente a residência dos filhos com um dos genitores e o pagamento de pensão alimentícia ao outro.
 - (B) ocorra obrigatoriamente a alternância da morada dos filhos entre os domicílios do pai e da mãe em horários e dias previamente estabelecidos judicialmente.
 - (C) haja a responsabilização conjunta e o exercício de direitos e deveres do pai e da mãe que não vivam sob o mesmo teto, concernentes ao poder familiar dos filhos comuns.
 - (D) o juiz fique adstrito à orientação técnico-profissional ou de equipe interdisciplinar que analisará no caso concreto e definirá qual é o melhor interesse da criança.
 - (E) um dos genitores assumira os filhos em comum e o outro fiscalize o exercício dessas funções.

**DISCURSIVA – REDAÇÃO**

Atenção: Na Prova Discursiva – Redação, a folha para rascunho é de preenchimento facultativo. Em hipótese alguma o rascunho elaborado pelo candidato será considerado na correção pela Banca Examinadora.

A Declaração de Chapultepec é uma carta de princípios e coloca “uma imprensa livre como uma condição fundamental para que as sociedades resolvam os seus conflitos, promovam o bem-estar e protejam a sua liberdade. Não deve existir nenhuma lei ou ato de poder que restrinja a liberdade de expressão ou de imprensa, seja qual for o meio de comunicação”. O documento foi adotado pela Conferência Hemisférica sobre Liberdade de Expressão realizada em Chapultepec, na cidade do México, em 11 de março de 1994.

([http://www.anj.org.br/programas-e-acoes/liberdade-de-imprensa/declaracao-de-chapultepec](http://www.anj.org.br/programas-e-acoaes/liberdade-de-imprensa/declaracao-de-chapultepec))

Ainda que o Brasil tenha assinado a declaração em 1996 e renovado o compromisso em 2006, não é incomum a defesa de que limites deveriam ser impostos à liberdade de imprensa, mas até que ponto isso poderia ser feito sem prejuízo da liberdade de expressão e do direito à informação?

Considerando o que se afirma acima, redija um texto dissertativo-argumentativo sobre o seguinte tema:

Liberdade de imprensa, desenvolvimento da sociedade e direitos individuais

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	